



## **NAS TESSITURAS DA LEI 10.639/03: DIÁLOGOS ENTRE O ENSINO DE HISTÓRIA E A DIVERSIDADE ÉTNICORRACIAL**

Aparecida Barbosa da Silva<sup>1</sup>  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
aparecidabarbosa20@gmail.com

### **Resumo**

Neste artigo buscamos analisar questões que se apresentam à prática docente que busca um ensino nas tessituras da Lei 10.639, conforme previsto desde 2003. Para tanto, consideramos o diálogo estabelecido entre a prática docente e a diversidade étnicorracial que precisa permear o Ensino de História, a prática dos seus educadores. Com a pretensão de atender aos objetivos já citados, ao longo deste estudo, utilizaremos algumas bibliografias para legitimarmos a importância da realização da discussão que propomos. Além disso, também relataremos a execução de algumas experiências pedagógicas que visam o combate à discriminação, a valorização dos sujeitos e a construção de identidades positivas. Nesta abordagem, o procedimento metodológico que nos orientou foi realizado a partir da utilização de questionários e das experiências pedagógicas vivenciadas em sala de aula. A execução revelou o quanto as práticas educativas que valorizam os educandos negros que compõem os sistemas de ensino podem contribuir para o fortalecimento do respeito à diversidade e para a construção da cidadania.

**Palavras- chave:** Lei 10.639/03, Prática Docente e Diversidade Étnicorracial.

---

1 Graduada e Mestra em História pela UFCG. Professora de História-PMP; professora substituta da UAHis/UEPB.

## Introdução

Historicamente, a educação promove encontros, mas se mostra incapaz de assegurar o respeito e a tolerância à diversidade cultural presente na formação da sociedade brasileira. Mesmo diante de tamanha fragilidade, propostas pedagógicas que evidenciam a historicidade e valorizam as diferenças contribuem para construção de uma escola e de uma sociedade mais inclusiva. Nos espaços educativos sujeitos com trajetórias diversas, oriundos de diversos lugares sociais, e com vivências múltiplas compõem o cotidiano das escolas e vivenciam o processo de ensino-aprendizagem. Dialogando de forma íntima com as suas pertencas, os educandos também interagem de forma significativa com os espaços escolares, com as diversas pessoas com as quais se relacionam diretamente.

Nos últimos anos, as discussões e os debates sobre o preconceito e a discriminação ganharam visibilidade em função, sobretudo, das pressões dos movimentos sociais. Isso também vem refletindo nas legislações educacionais vigentes. Os municípios com as suas respectivas redes de ensino vêm sendo convidados a assumir o seu papel no sentido de efetivar a implantação da Lei 10.639/03. Ao inserirem a História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana como temáticas a serem contempladas na rede de ensino estão contribuindo para o reconhecimento e a valorização da matriz africana, integrante da sociedade brasileira. Tal inserção também estimula a construção de identidades positivas para os educandos negros que compõem o sistema educacional e integram a sociedade brasileira.

Nesse contexto, a Lei 10.639 foi sancionada no ano de 2003 para assegurar a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo oficial da Educação Básica (níveis fundamental e médio) das escolas públicas e privadas de todo o Brasil. Essa lei objetiva reconhecer historicamente a contribuição dos negros para a constituição e formação da sociedade brasileira.<sup>2</sup> A obrigatoriedade do reconhecimento e da inclusão da matriz africana no currículo escolar deve resultar na realização de práticas docentes que assegurem a criação de mecanismos capazes de promover o respeito à diversidade cultural e étnica dos indivíduos. E pode ainda contribuir para amenizar as diversas manifestações de exclusão étnicorracial.

---

2 A Lei 10.639 foi sancionada no dia 9 de janeiro de 2003, e foi ampliada pela Lei 11.645 de 10 de março de 2008. A ampliação versa sobre a necessidade de inclusão da História e da Cultura Indígena no currículo da rede ensino pública e privada de todo o Brasil. Sendo assim, esclarecemos que - embora sejamos conhecedores dessa ampliação, e mesmo contemplando também a matriz indígena em práticas docentes construídas no espaço escolar - optamos por trabalhar apenas com a Lei 10.639/03 ao longo deste estudo.



Em consonância com as questões expostas, objetivamos, ao longo deste artigo, relatar e refletir sobre algumas experiências pedagógicas consideradas favorecedoras das relações étnico-raciais. Esse viés de possibilidades de “defesa da cultura negra”, disseminada no Brasil, e responsável pela constituição da multiplicidade cultural, ao ser adotado nas práticas docentes, pode ser responsável por promover o incentivo à tolerância, à convivência, ao respeito às diferenças e à construção de identidades positivas para os educandos afrodescendentes.

### **1. A escola, a temática étnicorracial e os caminhos percorridos**

No trabalho com a temática História Afro-Brasileira e Africana devem ser consideradas as vivências dos sujeitos que compõem os espaços educativos. Todos esses aspectos culminam para a necessidade da elaboração de formas de trabalho, conforme determina a Lei 10.639/03, a partir da realidade dos alunos e do contexto social em que eles vivem. Acreditamos que ao acionarmos as suas vivências promovemos oportunidades de construções de aprendizagens. Faz-se interessante, então, tomar como discussão inicial a forma como os alunos e alunas entendem o racismo e o apresentam ao serem questionados no contexto escolar. Dialogando com a educação, apresentamos à escola a História Afro-Brasileira.

Ao aplicarmos alguns questionários com as turmas da Escola Maria da Guia Sales Hermínio (CONPEL), situada no município de Pocinhos, observamos que os alunos se dizem vítimas de discriminação em função da cor da sua pele e de suas características corporais. Dentre elas, o cabelo é apontado como o principal elemento dos atos racistas. Os discentes apresentaram ainda desconhecimento em relação às raízes históricas do racismo e o apresentaram como sendo decorrente da incapacidade de muitas pessoas que não conseguem construir um olhar pautado na alteridade, e que só enxergam o outro a partir de si. Não conseguir olhar para o diferente e compreendê-lo enquanto tal é o que motiva o desenvolvimento de práticas discriminatórias e racistas.

Seguindo os objetivos propostos, os discentes foram questionados sobre “*A presença dos negros na História do Brasil*”. De imediato, eles acionaram a escravidão, fizeram menção aos negros escravizados e às diversas violências físicas que marcaram o sistema escravista. Reprodutores de concepções mais amplas, muitos educandos, se dizem morenos e não negros. Acreditamos que isso está diretamente ligado à aceitação social. Esse mesmo movimento pode ser percebido pelo fato dos discentes negros enxergarem as características de seus



cabelos como ruins se comparados aos cabelos lisos das crianças brancas. Compreendemos que isso diminui a autoestima e pode desencadear em um processo de exclusão. Então, nós, educadores, não podemos deixar de refletir sobre o papel que a nossa prática docente desempenha na vida de cada um dos nossos educandos. Considerar as diferenças para garantir a igualdade de percepções é, sem dúvida, um passo muito significativo na nossa trajetória docente.

## 2-“E quem disse que somos iguais”?<sup>3</sup> O diálogo entre a prática docente e a Lei 10. 639/03

Tecer análises sobre as nuances relativas à prática docente é, sem dúvida, uma aventura apaixonante e cheia de desafios. Nos dias atuais, no imaginário coletivo, o homem negro ainda é associado à criminalidade, e a mulher é vista como fora da estética eurocêntrica. Por isso, entendemos que à escola deve interessar tomar como objeto as representações étnicas negativas ainda vigentes nos contextos educacionais. Os preconceitos existentes em cada espaço educativo precisam ser conhecidos, problematizados e discutidos de maneira contextualizada e reflexiva.<sup>4</sup> A escola, sem dúvida, desempenha um papel imprescindível na construção de conhecimentos e na desconstrução de estereótipos. Para nós, o processo de conhecimento se torna imprescindível para a desconstrução desses olhares que carregam uma carga preconceituosa construída historicamente.

Sendo assim, as tessituras responsáveis por compor esta escrita foram formuladas diariamente, ao lidarmos com sujeitos diversos, portadores de identidades múltiplas, discentes que em suas práticas ordinárias constroem suas posições de sujeito. Nos dias atuais, ainda enxergamos esses sujeitos se sentindo menosprezados devido aos preconceitos étnicos sofridos no contexto escolar. Em conformidade com a questão, a escola e os docentes precisam atuar contribuindo para a construção de identidades positivas e combatendo a todas as formas de discriminação.<sup>5</sup>

Para isso, os diversos espaços educacionais do Brasil foram chamados a contemplar a Cultura Afro-Brasileira e Africana. A convocação se deu por meio da já referida lei que alterou a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (9394/96). A inserção

3 Trecho proferido por uma aluna, ao longo das aulas onde estavam sendo desenvolvidas atividades que versam sobre a presença africana na sociedade brasileira.

4 Idem, Ibid.

5 A educação pode promover a reprodução de desigualdades sociais e raciais. Mas também pode se tornar um “instrumento estratégico no combate a todas as formas de discriminação, inclusive a étnico-racial”. Cf. ROCHA, Solange Pereira da; LIMA, Et. al. Perfis biográficos de mulheres e homens negros na Paraíba oitocentista: subsídios para a implantação da Lei 10.639/03 que trata do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. In: CITTADINO, Monique; GONÇALVES, Regina Célia. *Historiografia em diversidade*. Campina Grande-PB: Editora Universitária/ UFCG, 2008.



desses artigos instalou a obrigatoriedade na rede de ensino pública e privada da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Posteriormente, foram instituídas pelo Conselho Nacional de Educação as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE/CP n.1 de 17 de junho de 2004).

Contudo, a implantação efetiva da lei nos sistemas de ensino ainda é uma realidade distante. Sendo assim, objetivamos investigar as questões que se apresentam à prática docente que busca promover estratégias para a implantação da Lei 10.639/03 no ensino de História do município de Pocinhos, na Paraíba, onde integramos o corpo docente da Educação Básica. Devido a tal inserção, procuramos analisar alguns dos desafios inerentes ao cotidiano escolar. Para a concretização de tal objetivo, buscamos analisar os desafios com a pretensão de identificar em que medida o docente pode contribuir para a aplicabilidade da lei. Ao formar essa questão, traçamos como objetivo a identificação de como discentes entendem tais questões. Esse conhecimento contribui para a construção de estratégias condizentes, no trato das questões trazidas pela lei 10.639/03.

A experiência docente vivenciada na Escola Maria da Guia Sales Hermínio, situada no Bairro CONPEL, na cidade de Pocinhos, na Paraíba, nos ajudará a propor alguns caminhos possíveis, percursos considerados necessários para contemplarmos as diversidades, olhando para as diferenças e promovendo estratégias responsáveis por afirmar uma identidade racial positiva, imprescindível para a formação humana e cidadã. Consideramos que não é possível atuar como docente e não contemplar a diversidade étnico-racial. Se assim não fizéssemos, estaríamos negando as diferenças e reafirmando os mitos que versam sobre a democracia racial responsável por, historicamente, promover a disseminação da falsa ideia da igualdade.<sup>6</sup>

Para contribuir com a formação de pessoas capazes de promover relações respeitadas com os diferentes ao longo da vida, propomos algumas intervenções que intitulamos de “Diversidade Étnica e Cultural: caminhos para a construção de uma escola sem discriminação e racismo”. A discussão foi introduzida através da utilização de imagens apresentadas em PowerPoint. A exposição trouxe uma diversidade de imagens que, a nosso ver, apresentam a África como o local de origem da humanidade, e contemplam a diversidade que compõe o continente africano.

<sup>6</sup> Para uma maior compreensão sobre o mito da democracia racial, sugerimos ver: SANTOS, Joel Rufino dos Santos. *O que é racismo?* Coleção Primeiros Passos. 9ª edição, São Paulo. Editora Brasiliense, 1988.



O conteúdo foi introduzido após o início das discussões sobre a origem da humanidade. Para articular o conteúdo com a nossa sociedade atual e possibilitar a construção de uma aprendizagem significativa, elaboramos o que chamamos de articulação entre passado e presente. A partir dessa pretensão, apresentamos aos alunos os continentes que integram o planeta onde vivemos. Considerando a faixa etária do nosso público alvo, apresentamos a África e percebemos que os alunos a compreendiam como um país. Para dar conta da amplitude e da heterogeneidade, tecemos alguns comentários sobre a presença africana na formação da sociedade brasileira.

As duas turmas de sétimo ano (a e b) identificaram o continente a partir de alguns estereótipos. Seus comentários apresentaram a África como um país onde as pessoas não tinham comida. No tocante à compreensão exposta, apresentamos algumas imagens auxiliadas por pequenos textos (complementares ao livro didático que traz a temática a partir de outros enfoques) e discutimos em sala de aula com a pretensão de ampliar os conhecimentos sobre a diversidade e a complexidade do continente africano. Para problematizar muitas das representações sociais equivocadas, visões genéricas e descontextualizadas, buscamos focar a complexidade e a diversidade do continente.

Procuramos promover com a desconstrução de tais estereótipos a construção de conhecimentos sobre a diversidade e a complexidade. Acreditamos que desconstruímos a visão genérica que nos foi informada, e por isso buscamos também apontar para a diversidade cultural e étnica da sociedade brasileira. Ao término das discussões propomos aos alunos que fizessem algumas considerações expressando a nossa diversidade étnica. Além disso, também confeccionamos alguns cartazes sobre a diversidade étnica da sociedade brasileira. Para dar conta de tal pretensão, os educandos realizaram pesquisas sobre a diversidade étnica e confeccionaram cartazes que representavam a nossa diversidade étnica e cultural, segundo o olhar dos educandos. Acreditamos ainda que essas representações positivas, construídas pelos alunos, são capazes de promover a visibilidade da diversidade étnica e cultural, promovendo o reconhecimento e assegurando a valorização da heterogeneidade presente na sociedade brasileira.

Munidos de tais pretensões, utilizamos como material o livro *Culturas Africanas e Afro-Brasileiras em Sala de Aula: saberes para os professores fazeres para os alunos*. O livro integra o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), e faz parte das publicações enviadas às escolas para incentivar à leitura. Outra alternativa possível seria a utilização da coleção *Projeto Araribá*, livro adotado pelo município de Pocinhos até o ano de 2016. O livro é um dos livros didáticos de História do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/MEC) que abordam a África e a escravidão nos períodos colonial e imperial do Brasil. No entanto, o li-



vro didático mencionado, na nossa compreensão, não contribui de maneira significativa para a renovação das práticas pedagógicas e para a inserção de questões tocantes às diversidades étnicas e raciais.

O livro não destaca de forma significativa a presença da cultura africana na história do Brasil. O livro enfatiza a presença africana no tocante à importância do trabalho para a economia e a sociedade brasileira. Além disso, o tráfico negreiro e as resistências no período colonial também são enfocados. Sendo assim, compreendemos que o livro didático adotado pelo município de Pocinhos pouco contribuiria para atender aos objetivos traçados, o que nos levou a considerar viável a utilização de um material complementar para enriquecer o processo de ensino e de aprendizagem, pois embora haja um esforço para contemplar os afrodescendentes de alguma forma, o já referido material didático pouco contribui para a construção de representações positivas da cultura africana e afro-brasileira.

Nossos objetivos, ao trabalhar com o material complementar, vão de encontro ao que propõe a aplicação da Lei 10.639/03 que deve contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva, capaz de desenvolver práticas educativas responsáveis por promover a valorização do negro e assim contribuir para a sua inclusão social.<sup>7</sup> Isso se torna possível, como já discutimos, quando os espaços escolares promovem ações para pôr em prática o que está previsto em lei. Mas os docentes podem dar a sua contribuição trabalhando questões relacionadas à alteridade e às múltiplas identidades e desenvolvendo práticas pedagógicas capazes de encarar esses desafios. Assim, estaremos contribuindo para a formação de sujeitos sem preconceitos raciais, capazes de conviver com as diferenças que constituem a sociedade brasileira. Para isso, enfatizamos mais uma vez que se torna necessário levar os educandos a entenderem o imaginário preconceituoso como algo historicamente construído.

Então, ao evidenciar as raízes históricas do preconceito, contribuiremos para promover a minimização da elaboração de ideias distorcidas que desqualificam o povo e a cultura da África. Desta feita, consideramos a historicidade de discursos que, ao serem explorados, podem promover a desconstrução do preconceito e a elaboração de práticas que promovam o respeito pelo outro. Nesse sentido, ao longo do já referido livro didático, a África não aparece de forma ampla antes do início da escravidão de cor, o que pode ser lido como algo muito negativo. Claramente, a experiência histórica anterior a esse processo é pouco enfatizada. Isso

---

<sup>7</sup> A Lei 10.639/2003 alterou a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Incluiu e tornou obrigatório no currículo oficial o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas de todo o Brasil. Essa lei foi implantada para garantir o reconhecimento dessa cultura como uma das matrizes constituintes da sociedade brasileira. A inserção simboliza uma importante conquista no que se refere à inclusão da população negra na formação da nação brasileira.



não permite aos educandos a acesso às histórias das comunidades negras, sua cultura e as suas trajetórias de lutas.

Esses enfoques promoveriam a desconstrução de alguns aspectos das generalizações, desnaturalizariam o imaginário preconceituoso e reforçam a identidade étnica dos alunos negros. E é isso o que buscamos fazer, até mesmo porque nada impede que outros materiais sejam utilizados no processo de ensino. O livro didático ainda é muito relevante, mas possui algumas falhas que precisam ser preenchidas por materiais complementares. O livro *Culturas Africanas e Afro-Brasileiras em Sala de Aula: saberes para os professores e fazeres para os alunos* nos possibilitou contemplar aspectos relativos à presença africana na cultura, na sociedade e no patrimônio histórico nacional. A cultura africana e afro-brasileira foi tratada com ênfase e os elementos que se encontram incorporados e arraigados em nossa cultura também foram enfatizados.

Com isso, deixamos claro que muitos dos vocábulos da língua falada no Brasil têm origem africana. Para exemplificar, mencionamos os vocábulos “quindim, quitanda, senzala, mocotó e cochilar”. Mencionamos ainda os hábitos de ninar e contar histórias às crianças. Além disso, também fizemos referência às devoções, as religiosidades brasileiras influenciadas pelas religiões africanas, às formas de organização social e à culinária. Assim, buscamos analisar e dar visibilidade aos múltiplos aspectos da presença africana na formação do Brasil. Ao seguirmos esse caminho levamos os educandos e enxergarem que esses povos vivem na cultura, nos costumes e também persistem nas resistências de seus descendentes. Em linhas gerais, demonstramos o quanto o Brasil foi/é profundamente marcado pela presença africana.

Esse tipo de conhecimento promove a quebra de paradigmas e nos leva a acreditar que os atos discriminatórios e racistas- tão arraigados na atual sociedade brasileira- podem ser amenizados quando construirmos os elementos necessários para a edificação de princípios de tolerância e de diversidade. Princípios construídos a partir do conhecimento sobre o outro.

### **Considerações Finais**

A escola desempenha um papel relevante na construção de conhecimentos, de identidades e para a formação cidadã de seus educandos. Cada escola congrega uma heterogeneidade de dificuldades emergentes no seu cotidiano. As salas comportando uma



quantidade inadequada de alunos para o seu espaço físico ainda é uma realidade que pode ser encontrada em diversos locais do Brasil. A violência física e verbal, infelizmente, não pode deixar de ser citada como aspecto que dificulta a realização de momentos significativos de aprendizagens oferecidas aos educandos. A falta de incentivo para o exercício docente, a politicagem de algumas cidades de pequeno porte e a pouca disponibilidade de materiais podem ser apontados como elementos que dificultam a implementação da Lei 10. 639/03.

Ao longo deste artigo, acreditamos que, de alguma forma, fornecemos a nossa contribuição para o trato de alguns desafios e buscamos refletir sobre a relevância da implantação da lei. Relatamos experiências pedagógicas realizadas na Escola Maria da Guia Sales Hermínio, situada no município de Pocinhos, no Estado da Paraíba. Entendemos que essas atividades são os primeiros passos de uma caminhada onde muitos desafios ainda precisaram ser analisados, refletidos e encarados. Sabemos ainda, que muitas das questões que acreditamos ter dado conta ainda precisam ser revisitadas. Por isso, consideramos viável esclarecer que as questões étnico-raciais precisam permear a prática docente, sendo tratadas de maneira cotidiana nos diversos espaços educativos.

Portanto, somos conhecedores da complexidade do tema que nos dispomos a analisar e sabemos que o conhecimento sobre o outro, o reconhecimento da diversidade e a promoção de identidades positivas são apenas algumas das questões que precisam integrar os debates de uma sociedade onde muitos atos discriminatórios e racistas ainda precisam ser suprimidos. Acreditamos ainda que, de alguma reforma, a prática docente vem contribuindo para isso ao propor reflexões e incentivar os educandos a respeitarem as diferenças. As falhas e as (in)conclusões também integram o desenvolvimento das atividades e a escrita deste artigo. Para suprir as lacunas, esperamos que muitas discussões nas tessituras da Lei 10.639/03 ainda possam ser elaborados.

## REFERÊNCIAS

- APARECIDA DA SILVA, Maria. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALHEIRO, Eliane (org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001. p.66-82.
- BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Brasília: MEC, 2005.
- BRASIL. *Guia de livros didáticos do PNL D 2005: História*. Brasília: Ministério da Educação, Secretária da Educação Básica, 2014.
- BRASIL. *Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.9394 de 20 de dezembro de 1996.



BRASIL. *Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003.* Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 07. Julho. 2016.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais.* Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAVALHEIRO, Eliane (org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.* São Paulo: Selo Negro, 2001.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v.12, n.23, p. 100-122, 2007.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALHEIRO, Eliane (org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.* São Paulo: Selo Negro, 2001. p.83-96.

FELINTO, Renata (org.). *Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, fazeres para os alunos: religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais.* Belo Horizonte, 2012.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

ROCHA, Solange Pereira da Et. al. Perfis biográficos de mulheres e homens negros na Paraíba oitocentista: subsídios para a implantação da Lei 10.639/03 que trata do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. In: CITTADINO, Monique; GONÇALVES, Regina Célia (orgs.). *Historiografia em diversidade: ensaios de história e Ensino de História.* Campina Grande-PB: Editora Universitária/ UFCG, 2008.

SANTOS, Joel Rufino dos Santos. *O que é racismo?* Coleção Primeiros Passos. 9ª edição, São Paulo. Editora Brasiliense, 1988.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.* Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p.99-104.